

# Defensivos Agrícolas e Bases Científicas

**“Agroquímicos e medicamentos são os setores com grau de regulamentação mais rígido do mundo.**

**O fato traduz a preocupação com a segurança desses produtos; Entretanto, abordagens superficiais na imprensa não especializada semeiam receios injustificados junto à opinião pública”**

**Antonio Carlos Moreira**  
**Jornalista - ANDEF**



Foto: CropLife

A tecnologia de defesa vegetal vem sendo motivo de diversos estudos. Tal interesse, por um lado, reafirma sua importância estratégica para a agricultura e, portanto, para o desenvolvimento sustentado dos países. Por outro lado, no entanto, alguns trabalhos sobre o setor no Brasil têm recebido dos grandes meios de comunicação uma abordagem jornalística superficial e com sérios equívocos ao desafiarem as bases científicas. A abordagem e enfoques equivocados, inclusive com alguns erros crassos de interpretação, não levam crédito da comunidade científica que domina plenamente o assunto. No entanto, tais distorções tendem a confundir o público não-especializado e causar receios injustificados nos consumidores desses produtos.

Especialistas em toxicologia são unânimes em afirmar que toda substância química, sintetizada em laboratório ou mesmo aquelas encontradas na natureza, pode ser considerada um agente tóxico. O fato deste não causar problema ou vir a apresentar riscos de efeitos indesejados dependerá das condições de exposição, que incluem: a dose (quantidade de ingestão ou contato), o tempo, a frequência etc.

Assim, por exemplo, nos próprios alimentos, a vitamina D, da qual bastam pequenas quantidades para uma dieta saudável, pode ser letal em doses muito altas.

Os defensivos agrícolas são amplamente estudados. Segundo os especialistas, “para avaliar a segurança do uso das substâncias químicas utilizadas com a finalidade agrônômica, inúmeros estudos toxicológicos são requeridos e avaliados pelas agências de regulamentação de cada país, quando da concessão do registro ou na reavaliação dos produtos já registrados” (*Bases Científicas para Avaliação da Toxicidade de Agrotóxicos*, livro publicado pela International Life Sciences Institute, ILSI-Brasil, 2010).

Lembram também os autores que, além dos estudos toxicológicos, já há muito tempo estabelecidos, os avanços nas pesquisas toxicológicas têm oferecido ferramentas atuais à comunidade regulamentadora, como os modelos computadorizados aplicados à toxicocinética e toxicodinâmica.

Os setores de defensivos agrícolas e farmacêutico apresentam o grau de regulamentação mais rígido do mundo. Antes de sua aprovação, os agroquímicos são submetidos a numerosos requerimentos da legislação; sua regulamentação científica inclui comprovações de eficiência e segurança. “Acordos internacionais, tratados e convenções são firmados visando regular e apoiar o manejo responsável de agroquímicos”, destaca Bernhard Johnen, doutor em Agronomia, consultor da CropLife International

e da FAO, Organização para Agricultura e Alimentação, vinculada à ONU.

No Brasil, para serem aprovados, os defensivos passam por rigorosa avaliação agrônômica, toxicológica e ambiental de três ministérios: da Agricultura; do Meio Ambiente, sob responsabilidade do IBAMA; e da Saúde, através da ANVISA.

### **Rigor científico**

O uso de defensivos agrícolas no combate às pragas revela um fato positivo: os produtores rurais vêm se mostrando, mais recentemente, decididos em melhorar o manejo da lavoura quando aplicam os produtos. Esta é a leitura a que se pode chegar, por exemplo, quando se debruça, de forma isenta e com base científica, sobre o último levantamento do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, PARA, divulgado em junho deste ano pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. Contudo, a abordagem adotada pelos grandes veículos de comunicação, a cada divulgação anual dos resultados do PARA, tem distorcido aquelas conclusões que deveriam se basear exclusivamente no rigor científico.

O órgão analisou 3.130 amostras, de 20 culturas, entre legumes, frutas e cereais. O resultado aponta que somente 2,8% das amostras estão acima do limite máximo de resíduos.

Este valor é plenamente aceitável, de acordo com agências e organizações internacionais especializadas no tema.

Também se observa que diversos alimentos com amplo consumo registram índice inferior a 1% e mesmo zero de resíduos; são os casos das culturas de alface, batata, cebola, feijão, laranja, manga, arroz e tomate. Ou seja, comprova-se o esforço no sentido de educar e treinar o agricultor para uso racional desta tecnologia, que vem sendo movido por instituições públicas e privadas de ensino e extensão rural, órgãos de governo, empresas e entidades do agronegócio.

Sobre os índices de inconformidades apurados no PARA, o problema maior encontrado não se refere à aplicação desmedida de produtos nas lavouras.

A dificuldade que persiste, para os agricultores, é a necessidade de combater as

pragas quando não há, no mercado, defensivos agrícolas autorizados para o alvo biológico a ser controlado.

Segundo o levantamento da ANVISA, das 3.130 amostras analisadas, 23,8% apresentaram o uso de produto não registrado para a cultura analisada.

Não significa que estes alimentos estejam contaminados e ofereçam risco ao consumidor, mas sim de um caso de inconformidade com a legislação em vigor.

Tal problema poderia ser reduzido na medida em que, em fevereiro deste ano, foi publicada a Instrução Normativa, pelo Ministério da Agricultura. Ressalte-se, porém, que a Instrução não incorporou importantes recomendações apresentadas pela indústria.

Agora, cada empresa tem avaliado com interesse, mas ao mesmo tempo atenção, os diversos aspectos técnicos da recente medida.

### **Dieta saudável**

O histórico tem mostrado que, sem o detalhamento técnico do assunto, a divulgação da pesquisa pelos órgãos de imprensa pode ganhar uma conotação alarmista.

Para Silvia Tfouni e Regina Furlani, do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), não há como opinar sobre o assunto, porque os níveis de agrotóxicos encontrados pela ANVISA não foram publicados. “Entretanto, podemos dizer que o benefício de se ter uma dieta saudável, rica em frutas, legumes e hortaliças, é maior que os riscos que possam existir pela presença de agrotóxicos nos alimentos, como demonstram diversas pesquisas na área”.

Portanto, pela presença constante e a forma equivocada como tem sido abordado, o tema *agrotóxicos* está merecendo estudos sobre o papel dos meios de comunicação nas sociedades modernas.

O Brasil tem mostrado, em algumas áreas do Conhecimento, notáveis avanços, como na ciência genética, na pesquisa de combustível fóssil em águas profundas e de energias renováveis.

Ou seja, é tempo de também o Jornalismo se distanciar do sensacionalismo e estar mais próximo do nível de excelência científica experimentado em outras áreas.